

ANO MMXXVI

Quarta-feira, 05

Governo Lula acusa EUA de interferência eleitoral e repudia cancelamento de visto de embaixadora

O governo Luiz Inácio Lula da Silva acusou na noite desta terça-feira o governo Donald Trump de tentar interferir nas eleições presidenciais e repudiou a revogação do visto da embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, Maria Luiza Viotti. O Palácio do Planalto disse que o governo norte-americano justificou a decisão com base em premissas falsas e conduziu uma "escalada deliberada de medidas hostis ao

Brasil, motivadas por razões ideológicas". "Fica óbvio também o interesse descabido de interferir na próxima eleição para presidente", afirmou a Presidência da República, em nota. "O governo brasileiro repudia a decisão anunciada hoje pelos EUA de alterar o visto da embaixadora do Brasil em Washington (...).

Fonte: Correio do Povo



Governo deve furar Regra de Ouro em R\$ 288 bi em 2026, projeta IFI

A IFI, órgão ligado ao Senado, estima que cerca de R\$ 288 bilhões das despesas da União em 2026 dependerão de operações de crédito que ultrapassam o limite estabelecido pela chamada "regra de ouro" das contas públicas. A regra de ouro é um mecanismo previsto na Constituição que impede o governo de se endividar para financiar despesas correntes, (...). Em outras palavras, os empréstimos contratados pela União devem ser destinados, em regra, a investimentos, inversões financeiras e à amortização da dívida. Fonte: CNN Brasil

UE se aproxima do Brasil para reduzir influência chinesa e russa na região

A União Europeia intensificou nos últimos meses sua aproximação com o Brasil como parte de uma estratégia mais ampla para fortalecer relações com países considerados potências médias e ampliar sua presença na América do Sul. Por trás do reforço da agenda comercial e de cooperação está um objetivo estratégico: ampliar a influência europeia em uma região onde China e Rússia vêm ganhando espaço. Fonte: CNN Brasil

Ibovespa descola de novo de NY após saltar 1,5% e tem leve queda – 4 fatores explicam

Descolando-se da alta firme de Nova York por mais uma sessão, o Ibovespa renovou mínima no período da tarde desta terça-feira e passou a cair levemente, com investidores redobrando a cautela em quatro frentes domésticas: eleições, diplomacia com os Estados Unidos, balanços e incerteza sobre a política monetária após a quarta-feira. Fonte: InfoMoney

Trump diz que acordo para reabrir Estreito de Ormuz pode ser fechado nesta quarta

O presidente dos EUA, disse que um acordo sobre o Estreito de Ormuz poderia ser fechado já na quarta (5) ou quinta-feira (6), enquanto o Irã e Omã se aproximavam de um acordo para reabrir a importante via navegável e potencialmente ajudar a pôr fim à guerra. Trump foi questionado por repórteres que viajavam com ele na Califórnia sobre uma reportagem do site de notícias Axios, que afirmava que um anúncio sobre o Estreito de Ormuz poderia ser feito na quarta-feira." Fonte: G1

Juizes do Trabalho deverão comunicar imediatamente Ministério Público sobre ações trabalhistas de assédio eleitoral

Sempre que uma ação trabalhista apresentar fatos que possam caracterizar assédio eleitoral nas relações de trabalho, o magistrado deverá comunicar imediatamente o caso ao MPT e ao MPE. A medida foi publicada nesta terça-feira (28) na Resolução CSJT n.º 452/2026, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A comunicação ao MPT e MPE será feita de ofício, ou seja, independentemente de solicitação das partes envolvidas na ação, mediante o envio da petição inicial e dos documentos que instruem o processo.

Fonte: Granadeiro Advogados

Empresa deve indenizar trabalhadora por exposição da nudez em vestiário coletivo

Uma trabalhadora do setor avícola teve reconhecido o direito à indenização por danos morais em decorrência de exposição ao utilizar o vestiário coletivo da empresa. A decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) reforma, em parte, a sentença do juízo da Vara do Trabalho de Montenegro, e condena a empregadora ao pagamento de indenização no valor de R\$10 mil.

Fonte: Granadeiro Advogados

Hostilidade decorrente de gravidez gera danos morais

De acordo com os autos, assim que comunicou que estava gestante, a autora foi transferida unilateralmente para uma loja menor, de forma injustificada. Além disso, ao retornar do afastamento após o nascimento da criança, passou a enfrentar um ambiente de trabalho hostil sempre que apresentava atestados médicos para acompanhar o filho adoecido. Na petição inicial, a mulher alegou que foi vítima de ameaças de alteração do descanso semanal remunerado e de "imposição de uma advertência disciplinar com fatos fabricados". Fonte: Granadeiro Advogados